



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ)**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (DPF)**  
**ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA (ANP)**  
**DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO (DRS)**

**CONCURSO PÚBLICO**  
**– Aplicação: 19/1/2002 –**

**CARGO:**

**PERITO CRIMINAL FEDERAL**

**ÁREA 1 – CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**CADERNO DE PROVA:**

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ) / DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (DPF)  
ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA (ANP) / DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO (DRS)  
Concurso Público – Aplicação: 19/1/2002

CARGO: **PERITO CRIMINAL FEDERAL**  
**ÁREA 1 – CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

## INSTRUÇÕES

- 1 Este caderno é constituído da prova objetiva de **Conhecimentos Específicos**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de 0,20 ponto, conforme consta no Edital n.º 45/2001 – ANP/DRS – DPF, de 31/10/2001.
- 4 Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos, apostilas, régua, calculadoras ou qualquer outro material.
- 5 Durante a prova, o candidato não deverá levantar-se ou comunicar-se com outros candidatos.
- 6 A duração da prova é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes Instruções, na Folha de Rascunho ou na Folha de Respostas poderá implicar a anulação da prova do candidato.

## AGENDA

- I **22/1/2002** – Divulgação dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas na Internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br> —; nos quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília; nas Superintendências Regionais da Polícia Federal das cidades em que foram aplicadas as provas e na Academia Nacional de Polícia, em Brasília.
- II **23 e 24/1/2002** – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas exclusivamente nos locais que serão informados na divulgação desses gabaritos.
- III **1.º/3/2002** – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial e nos locais mencionados no item I, do resultado final das provas objetivas e do resultado provisório da prova discursiva.

## Observações:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 9 DOS RECURSOS do Edital n.º 45/2001 – ANP/DRS – DPF, de 31/10/2001.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX)–61–448–0100.
- É permitida a reprodução deste material, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ) / DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (DPF)  
ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA (ANP) / DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO (DRS)  
Concurso Público – Aplicação: 19/1/2002

CARGO: **PERITO CRIMINAL FEDERAL**

**ÁREA 1 – CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Nas questões de 21 a 50, marque, de acordo com o comando de cada uma delas: itens **CERTOS** na coluna **C**; itens **ERRADOS** na coluna **E**. Na Folha de Respostas, a indicação do campo **SR** servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta; portanto, a sua marcação não implicará penalização ao candidato. Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a Folha de Respostas.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**QUESTÃO 21**

**Art. 175.** O exercício social terá duração de um ano e a data do término será fixada no estatuto.

Parágrafo único. – Na constituição da companhia e nos casos de alteração estatutária o exercício social poderá ter duração diversa.

Julgue os seguintes itens, considerando o texto acima, extraído da Lei das S.A.

- 1 Apesar de o exercício social normalmente ter a duração de um ano, a companhia pode preparar balanços semestrais, os quais podem servir de base para a distribuição de dividendos intermediários.
- 2 A companhia não pode ter um exercício social com período diferente do anual (12 meses).
- 3 O término do exercício social, quando não estiver previsto no estatuto social da companhia, deve coincidir com o ano civil.
- 4 Após o encerramento do exercício social, é indispensável a preparação e publicação do balanço patrimonial da data final do período contábil.
- 5 A demonstração do resultado deve ser publicada com a indicação dos valores correspondentes da demonstração do exercício anterior.

**QUESTÃO 22**

**Art. 1.º** O investimento permanente de companhia aberta em coligadas, suas equiparadas e em controladas, localizadas no país e no exterior, deve ser avaliado pelo método da equivalência patrimonial, observadas as disposições desta instrução.

Parágrafo único. Equivalência patrimonial corresponde ao valor do investimento determinado mediante a aplicação da percentagem de participação no capital social sobre o patrimônio líquido de cada coligada, sua equiparada e controlada.

**Art. 2.º** Consideram-se coligadas as sociedades quando uma participa com 10% ou mais do capital social da outra, sem controlá-la.

Considerando as disposições da Instrução CVM n.º 247/1996 e o texto acima, dela extraído, julgue os itens subseqüentes.

- 1 Só podem ser considerados como permanentes os investimentos assim classificados no balanço patrimonial.
- 2 Equiparam-se às coligadas as sociedades quando uma participa indiretamente da outra com 10% ou mais do seu capital votante, sem controlá-la.
- 3 O patrimônio líquido de uma controlada de companhia aberta que tenha se elevado de 1 milhão para 2 milhões, de um exercício social para o outro, com a manutenção do percentual de participação acionária de todos os acionistas, estará gerando, certamente, um ganho de equivalência patrimonial para a sua controladora de 100% do valor do seu investimento.
- 4 O registro pelo método de equivalência patrimonial na investidora faz que esta reconheça o ganho havido na coligada ou controlada e aumenta o seu lucro tributável pelo imposto de renda e pela contribuição social sobre o lucro.
- 5 Uma sociedade pode controlar outra empresa, mesmo que possua menos de 10% do capital social desta.

**QUESTÃO 23**

**Art. 177.** A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência.

§ 1.º As demonstrações financeiras do exercício em que houver modificação de métodos ou critérios contábeis, de efeitos relevantes, deverão indicá-la em nota e ressaltar esses efeitos.

§ 2.º A companhia observará em registros auxiliares, sem modificação da escrituração mercantil e das demonstrações reguladas nesta lei, as disposições da lei tributária, ou de legislação especial sobre atividade que constitui seu objeto, que prescrevam métodos ou critérios contábeis diferentes ou determinem a elaboração de outras demonstrações financeiras.

§ 3.º As demonstrações financeiras das companhias abertas observarão, ainda, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, e serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes registrados na mesma comissão.

§ 4.º As demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados.

A respeito da escrituração contábil e dos princípios de contabilidade e com base no texto acima, retirado da Lei das S.A., julgue os itens a seguir.

- 1 Em consonância com o disposto no § 2.º, em epígrafe, a legislação tributária criou o Livro de Apuração do Lucro Real, para a apuração do lucro tributável segundo normas e critérios diferenciados dos princípios de contabilidade.
- 2 A auditoria de uma companhia aberta, segundo normas da Comissão de Valores Mobiliários, só pode ser feita por um auditor independente por, no máximo, dois exercícios sociais consecutivos, para garantia de independência.
- 3 A uniformidade de critérios exigida pela citada lei obriga a manutenção de um mesmo critério de rateio na apuração do custo dos produtos fabricados, ainda que pudesse haver uma alteração para melhor.
- 4 O regime de competência pode deixar de ser utilizado em determinados casos, especialmente quando for do interesse da companhia elevar os seus lucros, pagando mais impostos e dividendos.
- 5 Segundo os princípios de contabilidade, a avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da imposição destes.

**QUESTÃO 24**

<b>DOAR do período encerrado em 31 de dezembro de 2000 (em R\$ mil)</b>	
<b>origens</b>	
recursos gerados pelas operações	215.275
empréstimos de longo prazo	125.375
aumento do capital social	150.000
<b>total</b>	<b>490.650</b>
<b>aplicações</b>	
investimentos	125.000
aquisição de ativo imobilizado	250.000
aplicações financeiras de longo prazo	25.000
<b>total</b>	<b>400.000</b>
<b>variação do capital circulante líquido</b>	<b>90.650</b>

Julgue os itens a seguir, acerca da demonstração das origens e aplicações de recursos (DOAR) acima apresentada e da legislação pertinente.

- 1 Considerando que houve variação positiva do capital circulante líquido, é correto afirmar que, no período considerado, os passivos circulantes cresceram mais que os ativos circulantes.
- 2 O valor apresentado como recursos gerados pelas operações dá a evidência absolutamente certa de que a empresa gerou lucro líquido no período.
- 3 Na preparação da DOAR, é considerada como aplicação de recursos a transferência de empréstimos ativos de longo prazo para o circulante.
- 4 As aplicações havidas no período considerado foram financiadas por recursos próprios e de terceiros.
- 5 As aplicações financeiras de longo prazo se referem a um aumento havido no ativo realizável a longo prazo.

**QUESTÃO 25**

<b>demonstração dos lucros/prejuízos acumulados do período encerrado em 31 de dezembro de 2000 (em R\$ mil)</b>	
saldo anterior	-
lucro líquido do período	235.258
reserva legal	(11.763)
reserva de lucros a realizar	(85.000)
reserva de contingências	(25.000)
reserva estatutária	(23.526)
reversão da reserva de lucros a realizar	161.000
dividendos declarados	(250.000)
retenção de lucros	969
saldo final	-

Julgue os itens subseqüentes, relativos à demonstração acima apresentada e à legislação de regência desse assunto.

- 1 Há incorreção na demonstração apresentada, já que não pode haver distribuição de dividendo com valor superior ao lucro líquido gerado no período.
- 2 A reversão da reserva de lucros a realizar poderia ser feita com crédito direto à conta de capital social, sem trânsito na conta de lucros ou prejuízos acumulados e sem formar a base de cálculo de dividendos obrigatórios.
- 3 A reserva estatutária tem de limitar-se a 10% do lucro líquido e deve ter como finalidade única reter recursos para o financiamento do capital de giro de uma companhia.
- 4 A reversão da reserva de contingências deve ser feita obrigatoriamente a crédito de lucros acumulados.
- 5 A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

**QUESTÃO 26**

Julgue os itens abaixo, referentes a orçamento empresarial e a noções sobre mercado de capitais.

- 1 O orçamento de capital é uma peça básica do orçamento empresarial aplicado à atividade privada e deve ser formado por projetos que adicionem riqueza à empresa, a curto ou a longo prazo, ou que devam ser executados por determinação legal ou estratégica.
- 2 Na avaliação de projetos de capital, são utilizados a taxa interna de retorno, o *payback* descontado e o valor presente líquido, entre outros.
- 3 O orçamento de receita é normalmente elaborado pela área de *marketing* e vendas das empresas, que deve responder pela sua realização.
- 4 As sociedades constituídas sob a forma de responsabilidade limitada poderão emitir títulos ou contratos de investimento coletivo para distribuição pública.
- 5 Em bolsas de valores não é permitida a negociação de títulos de dívida consolidada emitidos por governos estaduais e por companhias cujo controle acionário seja detido por esses governos.

**QUESTÃO 27**

No que se refere a fusão, cisão e incorporação de empresas, julgue os itens seguintes.

- 1 Na incorporação de uma sociedade anônima fechada por sua controladora, também fechada, os acionistas minoritários da controlada não têm direito de retirar-se dela.
- 2 Se a incorporação, fusão ou cisão envolver companhia aberta, as sociedades que a sucederem não serão, obrigatoriamente, abertas.
- 3 As ações integralizadas com parcelas de patrimônio da companhia cindida serão, em princípio, atribuídas a seus titulares, em substituição às extintas, na proporção das que possuíam.
- 4 No balanço de cisão de companhia aberta, a participação dos acionistas não-controladores no patrimônio líquido e no lucro do exercício será destacada, respectivamente, no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício.
- 5 Na cisão com versão parcial do patrimônio, a empresa cindida continua existindo.

**QUESTÃO 28**

Quanto à consolidação de demonstrações contábeis, julgue os itens que se seguem.

- 1 Na preparação das demonstrações contábeis consolidadas, os lucros registrados de operações entre controladora e controladas devem ser eliminados.
- 2 Na elaboração da demonstração do resultado consolidado, o ganho ou a perda de equivalência patrimonial da controladora, proveniente do resultado da controlada, é eliminado.
- 3 É mantido o investimento de participação acionária de controle indireto no balanço consolidado envolvendo toda a cadeia de empresas, controladas direta e indiretamente.
- 4 A demonstração do resultado da controladora, individualmente, não pode apresentar o mesmo resultado que se verificará na demonstração do resultado consolidada.
- 5 Quando há elevação do percentual de participação da controladora no capital social da controlada, não há, necessariamente, redução no valor da participação minoritária, referente à controlada, no balanço consolidado.

**QUESTÃO 29**

A respeito da análise econômico-financeira de empresas, julgue os itens seguintes.

- 1 Se houver elevação do ativo permanente em R\$ 1 milhão e do patrimônio líquido em R\$ 2 milhões, ocorrerá um aumento da liquidez geral da empresa.
- 2 A companhia com o quociente de liquidez corrente abaixo de 1 que eleva tanto o ativo circulante como o passivo circulante em R\$ 1 bilhão (valor relevante) apresentará um aumento nesse índice de liquidez corrente.
- 3 A taxa de remuneração do capital próprio de determinada companhia tenderá a ser afetada positivamente caso a rentabilidade proveniente de novos ativos seja superior ao custo da dívida assumida para financiá-los.
- 4 O prazo médio de recebimento de vendas de um ano, de R\$ 360.000,00, para um contas a receber médio, líquido da provisão para devedores duvidosos, de R\$ 30.000,00, estará em torno de 30 dias.
- 5 O aumento do prazo de renovação de estoques, com a elevação de vendas e do custo das mercadorias vendidas, não requererá, necessariamente, capital para o financiamento desse ativo acrescido.

**QUESTÃO 30**

A respeito de custos, julgue os itens a seguir.

- 1 Determinada empresa intensiva em custos fixos, operando a 50% da capacidade instalada, que tenha um custo unitário de R\$ 5,00 no conceito por absorção, não poderá aceitar encomenda para ocupar a capacidade ociosa por preço abaixo de R\$ 5,00, sob pena de registrar prejuízo na operação.
- 2 Revelada uma margem de contribuição de determinado produto menor ou igual a zero, ele deve obrigatoriamente ser eliminado da linha de produção, mesmo que participe da formação da margem de contribuição de outro produto da mesma empresa.
- 3 Conceitualmente, o ponto de equilíbrio de determinado produto é atingido quando a margem de contribuição total dele atinge os custos fixos.
- 4 Os estoques de mercadorias, produtos e matérias-primas devem ser avaliados pelo custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior.
- 5 No sistema de custeio RKW, os custos de depreciação de equipamentos e outros bens de produção devem ser apropriados aos produtos.

**QUESTÃO 31**

Com referência aos princípios internacionais de contabilidade, julgue os itens que se seguem.

- 1 Segundo os princípios contábeis norte-americanos, as demonstrações contábeis geralmente refletem transações e eventos aos valores pagos ou ao valor justo, atribuídos quando ocorrerem.
- 2 As demonstrações contábeis presumem que a entidade reportada continuará a existir e a realizar seus ativos e a liquidar seus passivos no curso normal das operações.
- 3 É geralmente preferível a apresentação das demonstrações contábeis comparativas para mais de um exercício, sendo esta uma regra obrigatória a ser seguida pelas companhias de capital aberto registradas na *Securities and Exchange Commission* (SEC).
- 4 A demonstração de fluxos de caixa fornece informações sobre entradas e saídas de dinheiro em um determinado período, classificando-as em origens e aplicações operacionais, não-operacionais e extraordinárias, evidenciando, obrigatoriamente, o fluxo de entradas das operações pelo método direto.
- 5 Os ajustes de exercícios anteriores são registrados diretamente no resultado do período, e a reelaboração das demonstrações contábeis de exercícios anteriores não é requerido.

**QUESTÃO 32**

No que se refere a contabilidade tributária, julgue os itens abaixo.

- 1 As aplicações de disponibilidades pelas companhias mercantis, no mercado financeiro, sofrem a retenção do imposto de renda na fonte sobre os rendimentos produzidos, a qual é registrada como despesa, em confronto com a receita financeira, em respeito ao regime de competência.
- 2 O PIS/PASEP e a COFINS são tributos federais e incidem apenas sobre a receita de vendas de bens e serviços das empresas.
- 3 Nas aquisições de ativo imobilizado proveniente de outros estados por empresas com saídas sujeitas a esse tributo, é devido o imposto referente ao diferencial de alíquotas na maioria dos estados brasileiros, e o crédito é passível de compensação, em 48 parcelas mensais, com o ICMS devido sobre as saídas.
- 4 Na apuração do efeito marginal no resultado líquido, de uma transação que envolva receitas tributadas e despesas dedutíveis, devem ser consideradas as despesas de imposto de renda de pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido incidentes sobre o resultado antes desses tributos.
- 5 O ICMS incidente na importação de mercadorias para revenda sujeita a esse tributo deve entrar no custo das unidades estocadas.

**QUESTÃO 33**

Há diversas classificações possíveis para custos. Entre as mais relevantes, de acordo com sua função administrativa, estão

- custos de fabricação (produção) — vinculados ao processo produtivo —, que podem ser divididos em material direto, mão-de-obra direta e custos indiretos;
- custos não-vinculados à fabricação (administrativos) — decorrentes das atividades de apoio —, que podem ser as despesas de vendas (despesas associadas à obtenção de vendas e à entrega do produto) ou despesas gerais e administrativas.

Acerca do assunto objeto do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 O sistema de custeio direto ou variável considera, no custo dos produtos e serviços, os custos diretos e indiretos, fixos e variáveis.
- 2 O sistema de custeio por absorção considera, no custo dos produtos e serviços, os custos de fabricação e os administrativos.
- 3 A energia elétrica consumida pelos pontos de luz da fábrica normalmente é considerada como um custo direto.
- 4 Utilizar melhor a capacidade instalada ou reduzir a ociosidade significa reduzir o custo fixo por produto (unitário).
- 5 O custo de processamento de dados de uma indústria de calçados deve ser considerado como um custo de fabricação.

**QUESTÃO 34**

Considerando a legislação pertinente, julgue os itens a seguir, relativos às contabilidades em moeda constante, fiscal e societária.

- 1 Uma mercadoria cujo valor de venda líquida tenha de ser R\$ 100,00 terá como preço de venda R\$ 125,00, caso o ICMS a ser incluído no preço seja de 25%.
- 2 Na conversão de demonstrações contábeis para moeda estrangeira, todos os princípios contábeis do país a que se destinam as demonstrações devem ser considerados sempre que a sua não-adoção trouxer efeitos relevantes na avaliação da empresa e do seu resultado.
- 3 Pelas novas disposições da Lei das S.A., os lucros que não forem destinados, em cada exercício, para lucros retidos ou reservas legal, estatutária, para contingências e lucros a realizar deverão ser distribuídos como dividendos.
- 4 Considerando as vendas e os índices de preços apresentados abaixo, o valor total de vendas do primeiro semestre, em moeda de junho de 2001, seria de R\$ 63.708,80.

**vendas do primeiro semestre de 2001 (em R\$)**

janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	total
10.000	10.200	11.000	9.800	9.500	11.000	61.500

**índice geral de preços**

janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho
100	101	102	104	105	107

- 5 Os componentes do ativo e passivo, as receitas e as despesas de uma sociedade controlada em conjunto, em função de operação de *joint venture* ou não, deverão ser agregados às demonstrações contábeis consolidadas das investidoras, na proporção da participação de cada uma dessas investidoras no capital social da sociedade controlada em conjunto.

**RASCUNHO**

**QUESTÃO 35**

Considerando a Lei das S.A. e as alterações nela recentemente introduzidas, julgue os itens a seguir.

- 1 O dividendo mínimo obrigatório de uma S.A., caso o estatuto seja omissivo, será de 50% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal e da reserva de contingências e acrescido da reversão da reserva de contingências que tiver sido realizada.
- 2 Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.
- 3 O resultado líquido positivo da equivalência patrimonial não é base para a formação da reserva de lucros a realizar.
- 4 Nenhuma companhia aberta pode distribuir dividendos em valor inferior ao mínimo obrigatório.
- 5 A reserva de contingências objetiva compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado.

**QUESTÃO 36**

A Instrução Normativa n.º 1, de 6 de abril de 2001, que define diretrizes, princípios, conceitos e aprova normas técnicas para a atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal estabelece que “Procedimento de auditoria é o conjunto de verificações e averiguações previstas em um programa de auditoria, que permite obter evidências ou provas suficientes e adequadas para analisar as informações necessárias à formulação e fundamentação da opinião por parte do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. Trata-se, ainda, do mandamento operacional efetivo, são as ações necessárias para atingir os objetivos nas normas auditoriais. Também chamado de comando, o Procedimento representa a essência do ato de auditar, definindo o ponto de controle sobre o qual se deve atuar.”

A citada instrução define como técnicas de auditoria o(a)

- 1 confirmação externa, que consiste na verificação junto a fontes externas ao auditado, da fidedignidade das informações obtidas internamente.
- 2 análise documental, que consiste na verificação dos registros constantes de controles regulamentares, relatórios sistematizados, mapas e demonstrativos formalizados, elaborados de forma manual ou por sistemas informatizados.
- 3 observação das atividades e condições, exame usado para testar a efetividade dos controles, particularmente daqueles relativos à segurança de quantidades físicas ou qualidade de bens tangíveis; a evidência é coletada sobre itens tangíveis.
- 4 corte das operações, que se efetua mediante o corte interruptivo das operações ou transações para apurar, de forma seccionada, a dinâmica de um procedimento, representando a “fotografia” do momento-chave de um processo.
- 5 rastreamento, investigação minuciosa, com exame de documentos, setores, unidades, órgãos e procedimentos interligados, visando dar segurança à opinião do responsável pela execução do trabalho sobre o fato observado.

**QUESTÃO 37**

A contabilidade pública está estruturada dentro dos princípios fundamentais de contabilidade e dos princípios específicos do orçamento. Os atos e fatos são escriturados de forma automática pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), a partir da indicação do código numérico que representa o evento. Associado a cada evento, existe um roteiro para a contabilização dos atos e fatos, em que estão definidas antecipadamente todas as contas a serem debitadas e creditadas nas unidades gestoras envolvidas, relacionadas ao registro específico que se está por escriturar. Como praxe, a escrituração segue totalmente o método das partidas dobradas: a cada débito corresponde um crédito de igual valor e vice-versa. Além disso, no âmbito dos lançamentos da contabilidade pública e de acordo com a metodologia utilizada pelo SIAFI,

- 1 o sistema orçamentário, dada a similaridade com o sistema de compensação, funciona da mesma forma que o compensado tradicional existente em outros ramos da Contabilidade. No registro de qualquer ato ou fato administrativo, deverá ser debitada a conta de ativo compensado, tendo como contrapartida uma conta de passivo compensado.
- 2 Sempre que se tiver de registrar a receita e a despesa orçamentárias, deverão ser feitos registros contábeis nos sistemas financeiro, orçamentário e patrimonial.
- 3 O ativo compensado controla a realização da receita orçamentária (subgrupo 1.9.1) e a dotação da despesa orçamentária (subgrupo 1.9.2). O passivo compensado controla a previsão da receita orçamentária (subgrupo 2.9.1) e a realização da despesa orçamentária (subgrupo 2.9.2).
- 4 As variações passivas serão debitadas tendo sempre um passivo como contrapartida.
- 5 As contas de ativo, despesa e variações passivas serão creditadas a cada aumento do seu saldo, bem como debitadas a cada diminuição.

**QUESTÃO 38**

D – despesa orçamentária	(334XXXXXX)
C – fornecedores	(212XXXXXX)
D – crédito empenhado a liquidar	(292XXXXXX)
C – crédito empenhado liquidado	(292XXXXXX)
D – empenhos a liquidar	(292XXXXXX)
C – empenhos liquidados	(292XXXXXX)
D – valores em liquidação	(292XXXXXX)
C – valores liquidados a pagar	(292XXXXXX)
D – direitos e obrigações contratadas	(299XXXXXX)
C – contratos de serviços	(199XXXXXX)

Considerando a contabilidade pública, julgue os itens que se seguem, relativos ao roteiro simplificado de lançamentos acima.

- 1 Foram efetuadas partidas dobradas em três sistemas da contabilidade pública.
- 2 Trata-se do registro da apropriação de despesas com aquisição de serviços vinculada a contrato.
- 3 O documento do SIAFI que embasa esses lançamentos é uma nota de movimentação de crédito.
- 4 O evento que origina esses lançamentos é da classe 53.
- 5 Existe um lançamento com inversão de contas a débito e a crédito.

**QUESTÃO 39**

De acordo com as normas vigentes relativas ao inventário no governo federal, julgue os itens abaixo.

- 1 O inventário físico é o instrumento de controle para a verificação dos saldos de estoques nos almoxarifados e depósitos, e dos equipamentos e materiais permanentes em uso no órgão ou entidade, que irá permitir, entre outras ações: a análise do desempenho das atividades do encarregado do almoxarifado a partir dos resultados obtidos no levantamento físico; o levantamento da situação dos materiais estocados no tocante ao saneamento dos estoques.
- 2 Quando da mudança do dirigente de uma unidade gestora, deve ser realizado inventário analítico.
- 3 Nos inventários destinados a atender as exigências de órgão fiscalizador do sistema de controle interno, os bens móveis serão agrupados segundo as categorias patrimoniais constantes do plano de contas único.
- 4 O material de pequeno valor econômico que tiver seu custo de controle evidentemente superior ao risco da perda poderá ser controlado por meio do simples relacionamento de material, denominado relação-carga.
- 5 O bem móvel cujo valor de aquisição ou custo de produção for desconhecido será avaliado tomando como referência o valor de outro, semelhante ou sucedâneo, no mesmo estado de conservação e a preço de mercado.

**QUESTÃO 40**

O auditor deve documentar todas as questões que forem consideradas importantes para proporcionar evidência, visando fundamentar o parecer da auditoria e comprovar que ela foi executada de acordo com as normas de auditoria independente das demonstrações contábeis. Os papéis de trabalho constituem a documentação preparada pelo auditor ou fornecida a este na execução da auditoria. Eles integram um processo organizado de registro de evidências da auditoria, por intermédio de informações em papel, filmes, meios eletrônicos ou outros que assegurem o objetivo a que se destinam.

A partir do texto acima, adaptado das normas brasileiras de Contabilidade que versam a respeito de papéis de trabalho e documentação da auditoria, julgue os itens seguintes.

- 1 Os papéis de trabalho destinam-se, entre outros objetivos, a facilitar a revisão do trabalho da auditoria.
- 2 Os papéis de trabalho devem incluir o juízo do auditor acerca de todas as questões significativas, juntamente com a conclusão a que chegou. Nas áreas que envolvem questões de princípio ou de julgamento difícil, os papéis de trabalho devem registrar os fatos pertinentes que eram do conhecimento do auditor no momento em que ele chegou às suas conclusões.
- 3 A extensão dos papéis de trabalho é assunto de julgamento profissional, visto que não é necessário nem prático documentar todas as questões de que o auditor trata; entretanto, qualquer matéria que, por ser relevante, possa influir sobre o seu parecer, deve gerar papéis de trabalho que apresentem as indagações e conclusões do auditor.
- 4 No caso de auditorias realizadas em vários períodos consecutivos, nenhum papel de trabalho poderá ser reutilizado.
- 5 O auditor deve adotar procedimentos apropriados para manter a custódia dos papéis de trabalho pelo prazo de dez anos, a partir da data de emissão do seu parecer.

**QUESTÃO 41**

Em determinado estado da federação, o presidente de uma entidade da administração federal foi formalmente comunicado pelo controle interno de que ocorrera desvio de R\$ 50.000,00 de recursos públicos em um processo de compras. Como o responsável pelo desvio fora nomeado por indicação pessoal do governador do estado, o presidente da entidade chamou o funcionário e disse-lhe que o ato praticado por ele tinha sido descoberto e que ele deveria devolver o dinheiro. O funcionário alegou que tinha cometido o ato para pagar uma cirurgia urgente de sua mãe e que, tão logo possível, iniciaria a devolução do dinheiro, mas o faria em parcelas pequenas, de acordo com suas possibilidades. Diante dessas alegações, o presidente da entidade e o responsável pelo controle interno decidiram silenciar sobre o fato e aguardar a devolução dos recursos. Transcorrido um ano, o funcionário que desviou os recursos foi morar em outro país, em local ignorado. O presidente da entidade, então, instaurou sindicância para apurar os fatos, que concluiu pela abertura de processo de tomada de contas especial.

Acerca dessa situação hipotética e da legislação pertinente, julgue os itens subseqüentes.

- 1 O responsável pelo controle interno, ao tomar conhecimento da ilegalidade, deveria ter adotado as medidas necessárias para assegurar o exato cumprimento da lei; como não o fez, passou a ser solidariamente responsável pelo débito perante o Tribunal de Contas da União (TCU).
- 2 O presidente da entidade deveria, ao tomar conhecimento do fato, ter instaurado imediatamente processo de tomada de contas especial.
- 3 O TCU poderia, a qualquer tempo, determinar a instauração de tomada de contas especial, independentemente de quaisquer medidas administrativas internas e judiciais, adotadas, se entendesse que o fato motivador possuía relevância para ensejar a apreciação por seus órgãos colegiados.
- 4 A tomada de contas especial, quando concluída, tem de ser independentemente da extensão do débito envolvido, imediatamente encaminhada ao TCU.
- 5 Os valores a serem ressarcidos ao Tesouro Nacional, em caso de condenação de responsáveis, serão atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora e de atualização monetária a contar do dia primeiro de janeiro do exercício financeiro subseqüente ao da data do próprio evento ou, se desconhecida, da ciência do fato pela administração.

**QUESTÃO 42**

O Programa Combate ao Crime Organizado é parte do Plano Plurianual para o período 2000-2003 e suas principais ações são as seguintes:

- sistema nacional de controle de armas de fogo;
- formação de quadros da polícia federal;
- campanhas para a prevenção e repressão do crime organizado;
- operações de caráter sigiloso.

No contexto da técnica orçamentária brasileira, esse é um programa

- 1 de gestão de políticas públicas.
- 2 que tem como órgão responsável o Ministério da Justiça.
- 3 que se tem desdobrado nas leis orçamentárias anuais em quatro programas, correspondentes às suas ações previstas na Lei do Plano Plurianual.
- 4 que deve constar da lei orçamentária anual de todos os entes federativos do país no período de 2000 a 2003.
- 5 que será desdobrado em subtítulos no orçamento.

**QUESTÃO 43**

A administração pública prevê, em determinadas situações, a utilização de uma sistemática especial para realizar despesas que, por sua natureza ou urgência, não possam aguardar o processo normal da execução orçamentária. Denomina-se suprimento de fundos a modalidade de pagamento de despesa permitida em casos excepcionais e somente quando sua realização não possa subordinar-se ao processo normal de atendimento por via de ordem bancária. Acerca dessa modalidade de pagamento de despesa, julgue os itens a seguir.

- 1 Essa modalidade de execução de despesa consiste na entrega de numerário a servidor para a realização de despesa precedida de empenho na dotação própria, que, por sua natureza ou urgência, não possa subordinar-se ao processo normal da execução orçamentária e financeira. É o equivalente ao fundo de caixa das empresas privadas para fazer frente às pequenas despesas do dia-a-dia.
- 2 Admitir-se-á, na hipótese de concessão de suprimento de fundos para atender a aquisição de material de consumo e obtenção de serviços simultaneamente, que a despesa seja classificada no elemento econômico de maior predominância dos gastos.
- 3 Não podem ser atendidas por meio de suprimento de fundos as despesas com serviços que exijam pronto pagamento em espécie.
- 4 O ato de concessão do suprimento de fundos deverá conter, entre outras informações, nome, CPF, cargo ou função do servidor a quem será entregue o numerário, bem como a indicação da unidade orçamentária ou administrativa de sua lotação.
- 5 Atendendo ao princípio de segregação de funções, é vedada a concessão de suprimento de fundos a servidor que, em qualquer hipótese, tenha a seu cargo a guarda ou utilização do material a adquirir.

**QUESTÃO 44**

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o instrumento que a Constituição da República de 1988 instituiu para fazer a transição entre o planejamento estratégico e as leis orçamentárias anuais. Acerca do processo de elaboração da LDO no governo federal, julgue os itens abaixo.

- 1 O Congresso Nacional deverá devolvê-la para sanção até o encerramento da sessão legislativa, que não será concluída sem a aprovação do projeto.
- 2 No Congresso, o projeto de LDO poderá receber emendas, desde que compatíveis com o plano plurianual, que serão apresentadas na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMPOF), onde receberão parecer, sendo apreciadas pelas duas Casas, na forma do regimento comum.
- 3 O presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificações no projeto de LDO, enquanto não tiver sido iniciada a votação, no plenário daquela Casa legislativa, da parte cuja alteração é proposta.
- 4 No Congresso, o projeto de LDO poderá receber emendas apenas dos parlamentares que são membros titulares da CMPOF.
- 5 O presidente da República deve enviar o projeto anual de LDO até seis meses antes do encerramento do exercício financeiro.



**QUESTÃO 45**

No que concerne às responsabilidades dos dirigentes e demais usuários de recursos públicos, bem como quanto ao julgamento e às penalidades aplicáveis às infrações previstas na legislação pertinente, julgue os seguintes itens.

- 1 Deixar de ordenar a redução do montante da dívida consolidada, nos prazos estabelecidos em lei, quando o montante ultrapassar o valor resultante da aplicação do limite máximo fixado pelo Senado Federal, tornou-se crime punível com até dois anos de reclusão.
- 2 Constitui crime de responsabilidade contra as leis de finanças públicas deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao tribunal de contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei.
- 3 Constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas ordenar ou autorizar a assunção de obrigação, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro ou, caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.
- 4 Prestar garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contragarantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada, na forma da lei, é crime punível com pena de três meses a um ano de detenção.
- 5 A lei prevê que aos presidentes — e respectivos substitutos, quando no exercício da Presidência — dos tribunais superiores, dos tribunais de contas, dos tribunais regionais federais, dos tribunais do trabalho e eleitorais, dos tribunais de justiça e de alçada dos estados e do Distrito Federal e aos juízes diretores de foro ou com função equivalente no primeiro grau de jurisdição aplicam-se as mesmas normas acerca de crimes de responsabilidade aplicáveis ao presidente do Supremo Tribunal Federal.

**QUESTÃO 46**

O SIAFI é o principal instrumento de gestão da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). A STN, por intermédio do SIAFI, realiza o acompanhamento e o controle de toda a execução orçamentária e financeira do governo federal. Esse sistema, com a utilização de técnicas eletrônicas de tratamento de dados, busca a realização da execução orçamentária, financeira e patrimonial, de forma integrada, procurando minimizar custos, a par de incrementar a eficiência na gestão dos recursos alocados no Orçamento Geral da União. Os princípios e instrumentos de segurança do SIAFI incluem

- 1 procedimento que permite identificar os operadores que efetuaram qualquer acesso à base de dados, mantendo registrados o número do CPF do operador, a hora e a data de acesso, a unidade a que ele pertence, o número do terminal utilizado, as informações consultadas e o cadastrador que o habilitou.
- 2 a inalterabilidade das informações de todos os documentos nele incluídos, após sua contabilização.
- 3 determinação para que o acesso às suas informações seja feito por usuários devidamente cadastrados e habilitados, por meio do Sistema SENHA, de acordo com o que determina norma específica.
- 4 a responsabilização integral do operador pelo uso do sistema sob a sua senha, obrigando-o a responder, em todas as instâncias, pelas conseqüências das ações ou omissões de sua parte que possam pôr em risco ou comprometer a exclusividade de conhecimento de sua senha, ou das transações a que tenha acesso.
- 5 conformidade de operadores, a ser realizada pela STN, com periodicidade mensal.

**QUESTÃO 47**

Julgue os seguintes itens.

- 1 Se de uma mistura homogênea formada por 102 L de gasolina e 30 L de álcool retira-se uma certa quantidade contendo 10 L de álcool, então, em litros, a quantidade retirada da mistura é igual à metade da que sobrou.
- 2 Se uma pessoa adquire uma mercadoria dando R\$ 3.000,00 de entrada e, 45 dias após, quita a dívida pagando R\$ 1.080,00 de juros à taxa anual de juros simples de 96%, então essa mercadoria foi vendida por mais de R\$ 13.500,00.
- 3 Se um banco paga uma taxa nominal de juros compostos de 10% a.a. e a capitalização é semestral, então a taxa efetiva anual é superior a 10%.
- 4 Considere que, utilizando o desconto comercial simples (por fora), um título de valor final de R\$ 20.000,00 foi descontado por um cliente faltando 4 meses para seu vencimento, em um banco que cobra a taxa de juros de 60% a.a. Nessa situação, a taxa real de custo para o cliente foi de 25% ao quadrimestre.
- 5 Sabe-se que aplicando R\$ 10.000,00 por 3 anos a uma taxa de juros compostos de 30% a.a. obtém-se um montante igual a R\$ 21.970,00. Nesse caso, para se obter o mesmo montante aplicando-se a mesma quantia pelos mesmos 3 anos, mas com os juros sendo compostos semestralmente, a taxa de juros semestral deve ser de 15%.

**RASCUNHO**

**QUESTÃO 48**

No sistema de juros compostos, julgue os itens que se seguem.

- 1 Considere que uma nota promissória com valor de face de R\$ 10.000,00, cujo termo é de 3 anos a juros compostos de 3% a.m., foi descontada 1 ano antes do seu vencimento, usando-se o desconto racional composto (por dentro) a uma taxa corrente de 60% a.a. Nesse caso, supondo que  $(1,03)^{36} = 2,9$ , conclui-se que o valor do desconto foi de R\$ 12.745,00.
- 2 Se, em um determinado período, a taxa de juros aparente foi de 23,20% a.a. e a taxa real de juros foi de 10% a.a., então a taxa de inflação do período foi de 12%.
- 3 Considere que uma mercadoria seja vendida em prestações bimestrais de R\$ 2.000,00, vencendo a primeira no fim de um ano após a compra e a última no fim de dois anos e meio após a compra, à taxa de juros bimestrais de 10%. Nessa situação, supondo  $(1,1)^{15} = 0,6209$  e  $(1,1)^{15} = 0,2394$ , o valor atual da mercadoria (valor à vista) é superior a R\$ 7.000,00.
- 4 Suponha que um comprador dispõe de duas propostas para adquirir um produto de R\$ 1.296,00. Proposta A: pagamento a vista, com desconto de 20% sobre o valor do produto. Proposta B: uma entrada de R\$ 432,00 e duas prestações mensais e consecutivas de R\$ 432,00. Se o comprador tem a opção de aplicar o dinheiro não usado na compra a prazo (proposta B) em um banco que paga juros à taxa de 20% a.m., então a opção economicamente mais vantajosa para o comprador é a proposta B.
- 5 Suponha que para uma mercadoria cujo custo de fabricação é de R\$ 650,00, paga-se, sobre o preço de venda, 15% de impostos e 10% referente à propaganda. Para se obter um lucro de 10% sobre o preço de venda, essa mercadoria deverá ser vendida por mais de R\$ 1.200,00.

**QUESTÃO 49**

Para um empréstimo de R\$ 100.000,00 a ser pago em 5 parcelas anuais e *postecipadas*, com juros compostos de 12% a.a., julgue os itens abaixo.

- 1 Se for adotado o sistema americano de amortização, então o valor total do pagamento, incluindo os juros e o principal, será maior que R\$ 170.000,00.
- 2 Se o tomador do empréstimo pretende formar um fundo por meio de 5 depósitos anuais, ao final de cada ano, em uma instituição financeira que paga juros compostos de 10% a.a., de tal forma que no fim do financiamento ele possua R\$ 100.000,00 para quitar o principal pelo sistema americano, então, considerando  $(1,1)^5 = 1,6105$ , ele deverá fazer um depósito anual maior que R\$ 17.000,00.
- 3 Se for usado o sistema francês (tabela *price*), então, considerando  $(1,12)^{15} = 0,5674$ , a prestação anual será menor que R\$ 28.000,00.
- 4 Pela tabela *price*, a primeira amortização terá um valor menor que R\$ 16.000,00.
- 5 Pela tabela *price*, o total de juros pagos ao término da amortização será igual a R\$ 60.000,00.

**RASCUNHO**

Título: Balanço orçamentário	Exercício: 2000
Subtítulo: Administração direta	Mês: Dezembro
Gestão: Orçamentos fiscal e da seguridade social	Emissão: 31/12/2000

Receitas				Despesas			
Títulos	Previsão	Execução	Diferença	Títulos	Fixação	Execução	Diferença
<b>receitas correntes</b>	<b>198.417.067.611,00</b>	<b>182.260.194.388,58</b>	<b>16.156.873.222,42</b>	<b>créditos inicial e suplementares</b>	<b>880.890.928.667,00</b>	<b>470.342.363.271,64</b>	<b>410.548.565.395,36</b>
receita tributária	77.237.117.581,00	77.770.131.218,60	! 533.013.637,60	despesas correntes	164.678.831.991,00	121.091.337.238,33	43.587.494.752,67
receita de contribuições	86.415.301.353,00	82.252.519.422,89	4.162.781.930,11	pessoal e encargos sociais	38.028.954.356,00	37.619.864.619,04	409.089.736,96
receita patrimonial	7.090.001.911,00	6.466.627.380,81	623.374.530,19	juros/encargos da dívida interna	77.327.276.425,00	38.305.118.390,98	39.022.158.034,02
receita agropecuária	1.139.600,00	478.969,94	660.630,06	outras despesas correntes	49.322.601.210,00	45.166.354.228,31	4.156.246.981,69
receita industrial	0,00	23.333.028,42	! 23.333.028,42	despesas de capital	716.209.813.879,00	349.251.026.033,31	366.958.787.845,69
receita de serviços	10.259.870.506,00	8.814.275.337,45	1.445.595.168,55	investimentos	5.300.474.162,00	2.945.584.056,32	2.354.890.105,68
transferências correntes	97.243.765,00	38.546.811,09	58.696.953,91	inversões financeiras	3.536.233.160,00	2.517.482.601,65	1.018.750.558,35
outras receitas correntes	17.316.392.895,00	6.894.282.219,38	10.422.110.675,62	amortização da dívida interna	707.373.106.557,00	343.787.959.375,34	363.585.147.181,66
<b>receitas de capital</b>	<b>762.599.276.550,00</b>	<b>395.920.068.196,62</b>	<b>366.679.208.353,38</b>	reserva de contingência	2.282.797,00	0,00	2.282.797,00
operações de crédito	704.999.709.024,00	347.983.444.055,80	357.016.264.968,20	<b>créditos especiais</b>	<b>218.668.937,00</b>	<b>164.120.000,00</b>	<b>54.548.937,00</b>
alienação de bens	19.529.958.556,00	14.501.853.478,71	5.028.105.077,29	despesas correntes	37.720.302,00	35.869.302,00	1.851.000,00
amortização e empréstimos	10.556.823.026,00	11.701.888.964,68	! 1.145.065.938,68	outras despesas correntes	37.720.302,00	35.869.302,00	1.851.000,00
transferência de capital	13.807.349,00	10.597.507,55	3.209.841,45	despesas de capital	180.948.635,00	128.250.698,00	52.697.937,00
outras receitas de capital	27.498.978.595,00	21.722.284.189,88	5.776.694.405,12	investimentos	159.648.635,00	128.250.698,00	31.397.937,00
				inversões financeiras	21.300.000,00	0,00	21.300.000,00
				<b>créditos extraordinários</b>	<b>459.432.665,00</b>	<b>414.553.061,18</b>	<b>44.879.603,82</b>
				despesas correntes	72.600.128,00	36.267.032,24	36.333.095,76
				pessoal e encargos sociais	463.214,00	0,00	463.214,00
				outras despesas correntes	72.136.914,00	36.267.032,24	35.869.881,76
				despesas de capital	386.832.537,00	378.286.028,94	8.546.508,06
				inversões financeiras	252.000.000,00	251.999.214,00	786,00
<b>subtotal ( 1 )</b>	<b>961.016.344.161,00</b>	<b>578.180.262.585,20</b>	<b>382.836.081.575,80</b>	<b>subtotal ( 1 )</b>	<b>881.569.030.269,00</b>	<b>470.921.036.332,82</b>	<b>410.647.993.936,18</b>
<b>déficit parcial</b>				<b>superávit parcial</b>		<b>107.259.226.252,38</b>	

Receitas				Despesas			
Títulos	Previsão	Execução	Diferença	Títulos	Fixação	Execução	Diferença
<b>movimentação de crédito</b>				<b>movimentação de crédito</b>			
<b>repassé</b>	<b>! 82.631.602.949,93</b>	<b>! 69.322.772.042,10</b>	<b>! 13.308.830.907,83</b>	<b>créditos inicial e suplementares</b>	<b>! 3.211.020.430,86</b>	<b>1.209.002.575,04</b>	<b>! 4.420.023.005,90</b>
autorizado	! 79.447.313.892,00	0,00	! 79.447.313.892,00	despesas correntes	! 2.526.938.817,23	312.203.181,76	! 2.839.141.998,99
descentralizado	! 3.184.289.057,93	0,00	! 3.184.289.057,93	pessoal e encargos sociais	! 10.085.188,99	101.503.255,56	! 111.588.444,55
<b>sub! repasse</b>	<b>0,00</b>	<b>119.850.635,95</b>	<b>! 119.850.635,95</b>	juros/encargos da dívida interna	! 37.681.985,08	28.366.074,30	! 66.048.059,38
				outras despesas correntes	! 2.479.171.643,16	182.333.851,90	! 2.661.505.495,06
				despesas de capital	! 684.081.613,63	896.799.393,28	! 1.580.881.006,91
				investimentos	! 12.550.462,33	697.461.949,42	! 710.012.411,75
				inversões financeiras	! 623.455.193,04	179.175.806,96	! 802.631.000,00
				amortização da dívida interna	! 48.075.958,26	20.161.636,90	! 68.237.595,16
				<b>créditos especiais</b>	<b>17.044.929,68</b>	<b>17.044.929,68</b>	<b>0,00</b>
				despesas correntes	14.028.829,68	14.028.829,68	0,00
				outras despesas correntes	14.028.829,68	14.028.829,68	0,00
				despesas de capital	3.016.100,00	3.016.100,00	0,00
				investimentos	3.016.100,00	3.016.100,00	0,00
				<b>créditos extraordinários</b>	<b>9.686.443,25</b>	<b>49.298.346,72</b>	<b>! 39.611.903,47</b>
				despesas correntes	8.675.077,89	42.533.296,61	! 33.858.218,72
				pessoal e encargos sociais	0,00	463.214,00	! 463.214,00
				outras despesas correntes	8.675.077,89	42.070.082,61	! 33.395.004,72
				despesas de capital	1.011.365,36	6.765.050,11	! 5.753.684,75
				investimentos	1.011.365,36	6.765.050,11	! 5.753.684,75
<b>subtotal (2)</b>	<b>! 82.631.602.949,93</b>	<b>! 69.202.921.406,15</b>	<b>! 13.428.681.543,78</b>	<b>subtotal (2)</b>	<b>! 3.184.289.057,93</b>	<b>1.275.345.851,44</b>	<b>! 4.459.634.909,37</b>
<b>déficit parcial</b>		<b>70.478.267.257,59</b>		<b>superávit parcial</b>			
<b>total (1 + 2)</b>	<b>878.384.741.211,07</b>	<b>508.977.341.179,05</b>	<b>369.407.400.032,02</b>	<b>total (1 + 2)</b>	<b>878.384.741.211,07</b>	<b>472.196.382.184,26</b>	<b>406.188.359.026,81</b>
<b>déficit total</b>				<b>superávit total</b>		<b>36.780.958.994,79</b>	

No balanço orçamentário apresentado,

- 1 a classificação das receitas está em desacordo com a definida pela legislação vigente à época da elaboração do balanço.
- 2 está faltando a apresentação das despesas sob a óptica da classificação funcional.
- 3 está faltando a apresentação das receitas sob a óptica da classificação por fontes.
- 4 há erros de cálculo no item referente a créditos especiais de movimentação de crédito.
- 5 há erros de valores no item referente à execução de despesas correntes de créditos inicial e suplementares.

## RASCUNHO